

# O papel essencial das Escolas de Governo no cumprimento da Lei 13.303 – Da oportunidade à ação

Natal, 02 de agosto de 2018

# UMA ESCOLA BRASILEIRA COM SOTAQUE FRANCÊS

*A ENA Brasil foi criada pelo Governo de Santa Catarina em junho de 2009, em convênio com a École Nationale d'Administration (l'ENA) da França, com os mesmos objetivos: formar gestores públicos comprometidos com altos padrões de eficiência da administração pública*



## **LEI FEDERAL N° 13.303/2017**

**Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.**

## **DECRETO N° 1.007/2016**

**Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os §§ 1º e 3º do art. 1º da Lei federal nº 13.303, de 2016, a fim de estabelecer regras de governança aplicáveis às empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado de Santa Catarina que tenham obtido, em conjunto com suas respectivas subsidiárias, no exercício social anterior, receita operacional bruta inferior a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) e estabelece outras providências.**

# LEI FEDERAL Nº 13.303 de 30 de junho de 2016



# LEI FEDERAL Nº 13.303 de 30 de junho de 2016

## Acima \$90 milhões

**EPAGRI**  
\$337

**CIDASC**  
\$188

**CIASC**  
\$101

**BADESC**  
\$133

**CASAN**  
\$879

**CELESC**  
\$9.302

**Distribuição**  
\$6.733

**Geração**  
\$134

**SCGás**  
\$876

## Abaixo \$90 milhões

**COHAB**  
\$7,0

**SANTUR**  
\$17

**CEASA**  
\$3

**CODESC**  
\$6

**BESCOR**  
\$3

**IAZPE**

**Outros**

**SCPAR**

**SPE Porto Imbituba**

**Porto SFS**

**SPE Sapiens Park**

**Outros**

# LEGISLAÇÃO ESTADUAL

## **DECRETO Nº 1.025/2017**

**Institui Grupos de Trabalho (GT), determina o procedimento para a adequação das empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado ao disposto na Lei federal nº 13.303, de 2016, e no Decreto estadual nº 1.007, de 2016, e estabelece outras providências.**

## **DECRETO Nº 1.484/2018**

**Fixa as diretrizes para a promoção das adaptações necessárias à adequação das empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias do Estado de Santa Catarina ao disposto na Lei federal nº 13.303, de 2016, e no Decreto nº 1.007, de 2016, e estabelece outras providências.**

# LEGISLAÇÃO ESTADUAL

## **DECRETO Nº 1.567, DE 12 DE ABRIL DE 2018**

Altera o art. 10 do Decreto nº 1.007, de 2016, os arts. 8º, 15 e 19 do Decreto nº 1.484, de 2018, e estabelece outras providências.

***Art. 8º Os administradores das empresas estatais de grande porte deverão participar, na posse e anualmente, de treinamentos contendo, no mínimo, os seguintes temas: [...]***



***Art. 15. § 2º Fica facultado às empresas de pequeno porte determinar aos seus administradores que participem dos treinamentos de que trata o caput deste artigo, hipótese na qual a inscrição será custeada pela empresa estatal.***

	<b>Empresas Estatais</b>	<b>Conselheiros Administração</b>	<b>Diretores</b>	<b>Total (CA + Dir.)</b>
Acima \$ 90 milhões	<b>Badesc</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>10</b>
	<b>Casan</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>14</b>
	<b>Celesc</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>21</b>
	<b>CIASC</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>12</b>
	<b>CIDASC</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>10</b>
	<b>Epagri</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>12</b>
	<b>SC Gás</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>8</b>
	<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>35</b>	<b>87</b>
Abaixo \$ 90 milhões	<b>Ceasa</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>10</b>
	<b>Porto Imbituba</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>10</b>
	<b>Santur</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>10</b>
	<b>Sapiens</b>	<b>*</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
	<b>SC Parcerias</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>15</b>
	<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>22</b>	<b>50</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>80</b>	<b>57</b>	<b>137</b>

## Janela de oportunidade

- **Necessidade de adequação à Lei 13.303/2016**  
(Programa de capacitação 2017);
- **Obrigatoriedade da capacitação;**
- **Altos custos nos cursos oferecidos pela iniciativa privada;**
- **Fortalecimento institucional.**



**ENA**  
**FUNDAÇÃO**  
Escola de Governo



**GOVERNO  
DE SANTA  
CATARINA**

**CURSO**

**CERTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES  
PARA EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES  
DE ECONOMIA MISTA DO ESTADO DE SANTA  
CATARINA**

## Objetivo

Qualificar a atuação de administradores para o protagonismo da Governança Corporativa nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista de Santa Catarina

## Carga Horária

80 horas/aula

## **Público alvo**

- **Membros de Conselhos de Administração nomeados para o exercício do mandato nas empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado de Santa Catarina;**
- **Diretores de empresas públicas e sociedades de economias mistas de Santa Catarina;**
- **Profissionais interessados na qualificação em Governança Corporativa e na preparação para atuação em conselhos.**

Inscrição  
site

- Dados pessoais
- Escolha turma

Emissão  
DARE

- Pagamento

Envio *email*  
DITEC

- PDF Documentos  
e DARE pago

## matrícula

- **R\$ 2.980,00 por participante**

(inclusive PF - acordo com o TCE/SC)

# O curso foi dividido em 7 módulos:

**1. ESTRATÉGIA  
EMPRESARIAL**

**8 horas/aula**

**2. GOVERNANÇA  
CORPORATIVA**

**16 horas/aula**

**3. POLÍTICA DE  
GESTÃO DE  
RISCOS**

**16 horas/aula**

**4. FINANÇAS  
CORPORATIVAS**

**12 horas/aula**

**5. LEGISLAÇÃO I E II**

**16 horas/aula**

**6. CÓDIGO DE CONDUTA  
E INTEGRIDADE**

**16 horas/aula**

**7. CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO**

**8 horas/aula**



# Estratégia Empresarial e Governança Corporativa

ADRIANA DE ANDRADE SOLÉ

Conselho de Administração na definição, o planejamento e a implantação da estratégia empresarial; planejamento de longo prazo; plano de negócios anual; carta anual de políticas públicas; carta anual de governança; plano diretor; contratos de gestão; divulgação de informações (modelo de transparência)

Sistema de governança, melhores práticas, os benefícios das boas práticas, análise de conflitos, sustentabilidade e seus impactos, bolsa e mercado de capitais.

# Política de Gestão de Riscos

ANA REGINA MUZZI KALIL

O Ambiente Empresarial e a Fraude; Fraude no Brasil e no Mundo, Órgãos de Regulação e Controle. Gestão de riscos e o Conselho de Administração. Tipos de riscos. Relação entre apetite ao risco e estratégia. Estrutura do gerenciamento de riscos na empresa. O CA e o controle interno. Controle interno: estrutura conforme a complexidade das organizações. Auditoria interna e externa. O trabalho da auditoria interna: padrões profissionais; plano anual; relatórios; avaliação da eficácia. Independência e objetividade dos auditores. Inteligência para controle e auditoria.





# Finanças Corporativas

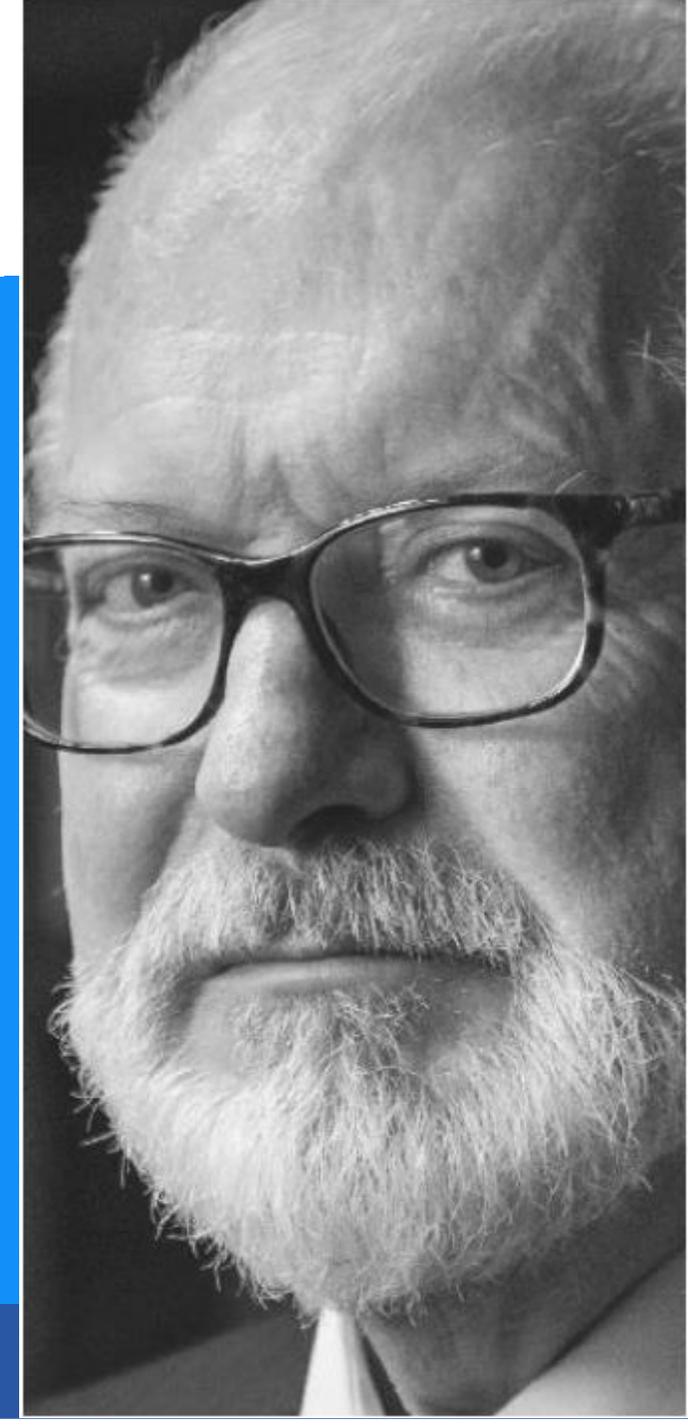
GIULIANO BARBATO WOLF

Alocação de capital,  
orçamento e avaliação de  
desempenho, decisões  
financeiras, análise e  
aprovação financeira no CA.

# Código de Conduta e Integridade

SALOMÃO RIBAS JÚNIOR

Conceito de corrupção; Tendências internacionais no combate à corrupção; Lei de Acesso à Informação - Lei 12.527/2011 (requisitos de transparência – divulgação tempestiva da informação). Lei 12.846/13: abrangência e penalidades; Fiscalização; Indícios de corrupção (*redflags*); Modelo de Código de conduta e Integridade.





# Legislação I e II

LIANA FERREIRA ROCHA COSTA E CAMPOS

Lei das S/A's (Lei N° 6.404/1976 e Lei N° 11.638/07), Código Civil (Lei N° 10.406/2002), Lei N° 13.303/2016, Decreto Estadual N° 1.007 de 2016 e legislação correlata, Funcionamento do Mercado de Capitais (Lei N° 6.385/76). Papel dos sócios, direitos e deveres dos acionistas, controladores e minoritários, acordo de acionistas e a responsabilidade dos administradores.

Licitação nas estatais e o novo regime de contratações; licitação e contratos das EP e SEM prestadoras de serviço ou exploradoras de atividade econômica; Regime jurídico híbrido; contratos de patrocínio; Procedimento de manifestação de interesse privado; análise da aplicabilidade das novas regras aos contratos e licitações em andamento; Incorporação de procedimentos do Regime Diferenciado de Contratações; Regras sobre o regime societário das estatais

Visão geral sobre os atributos do Conselho de Administração, Diretor Presidente x Presidente do CA, Comitês dos Conselhos, Aspectos fundamentais do Regimento Interno das empresas públicas de Santa Catarina e Secretaria do Conselho.



## Pontos críticos de sucesso

- Apoio estratégico do Governo de SC;
- Apoio da Secretaria da Fazenda;
- Apoio do CPF – Comitê de Política Financeira;
- Apoio da Casa Civil;
- Firmeza de propósito;
- Credibilidade inquestionável: biometria, qualidade dos docentes, comunicação;
- Certificados (validade de 4 anos).

## CURSO DE CERTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES PARA EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

# Cartilha Código de Conduta e Integridade

1 Apresentação .....	07
2 Mensagem ao Facilitador .....	08
2.1 Organização da Capacitação.....	09
2.2 Perfil do Facilitador.....	10
3. Estrutura da Capacitação sobre o Código de Conduta e Integridade .....	11
3.1 Apresentação do facilitador e dos participantes.....	11
3.2 Apresentação do Código de Conduta e Integridade da empresa .....	12
3.3 Desenvolvimento dos conteúdos dos módulos.....	12
Módulo 1: Missão, Visão e Valores .....	13
Módulo 2: Princípios Básicos .....	15
Módulo 3: Conduta Profissional .....	17
Módulo 4: Ética nos Relacionamentos.....	18
Módulo 5: Gestão do Código .....	21
Módulo 6: Sanções e Penalidades .....	22
Módulo 7: Canais de Acesso.....	23
4 Apêndice.....	25
5 Anexo .....	27



**Obrigada (o)!**

**Claudia R C Losso – [claudia@enabrazil.sc.gov.br](mailto:claudia@enabrazil.sc.gov.br)**

**Mirani Massaneiro - [mirani@enabrazil.sc.gov.br](mailto:mirani@enabrazil.sc.gov.br)**

**Welliton S da Costa- [welliton@enabrazil.sc.gov.br](mailto:welliton@enabrazil.sc.gov.br)**

**Denis S Leipnitz – [denis@enabrazil.sc.gov.br](mailto:denis@enabrazil.sc.gov.br)**

**Telefone: (48) 3665-4612**

**[ditec@enabrazil.sc.gov.br](mailto:ditec@enabrazil.sc.gov.br)**